HISTÓRIA E HERMENÊUTICA: A COMPREENSÃO COMO UM FUNDAMENTO DO MÉTODO HISTÓRICO – PERCURSOS EM DROYSEN, DILTHEY, LANGLOIS E SEIGNOBOS

Julio Bentivoglio[1]

Resumo: Este artigo procura demonstrar a importância que a hermenêutica e a abordagem compreensiva tiveram na constituição do método histórico, a partir do final do século XIX, de maneira decisiva, no historicismo e na escola histórica alemã.
Palavras-chave: hermenêutica, teoria da história, metodologia da história, compreensão.

Abstract: This article looks for to demonstrate the importance that the hermeneutics and the comprehensive boarding had in the constituition of the historical method, from the end of century XIX, as decisive way in the historicism and the german Historical School.
Key-words: hermeneutics, theory of history, methodology of history, understanding.

Este texto procura apontar como as teorias sobre a interpretação de textos e a abordagem compreensiva desenvolvidas na Alemanha em meados do século XIX encontram-se na gênese da constituição de uma metodologia para a história. No momento em que a ciência histórica fundamentava-se epistemologicamente, ao realizar a crítica das filosofias da história, do idealismo hegeliano e dos modelos nomológicos aplicados ao estudo do passado, a hermenêutica surgiu como a pedra angular na construção do método.

Compreendida como uma arte e técnica de interpretação correta de textos, a hermenêutica remonta aos gregos, mas conheceu grandes aperfeiçoamentos na tradição judaico-cristã, com a tradução e a exegese dos textos bíblicos redigidos em aramaico, hebreu e grego. A partir do Renascimento sofreu sensíveis transformações se dividindo em três especialidades: hermenêutica filosófica-filológica, teológica e jurídica. A meu ver, tanto a hermenêutica filosófica quanto a jurídica tiveram forte impacto sobre o desenvolvimento da história no século XIX, visto os documentos assumirem para os historiadores oitocentistas tanto o valor de *prova* quanto o de *evidência* (da vida, do ser).

[1] Professor Adjunto de Teoria da História e História do Brasil II na UFG – Campus Catalão. E-mail: juliobentivoglio@gmail.com

Ao mesmo tempo, esforços empreendidos na tradução, publicação e interpretação de grandes séries documentais na Alemanha e na França serviram para aperfeiçoar as técnicas existentes. Naquele momento, não somente textos greco-latinos foram relidos e retraduzidos, mas também grandes obras literárias redigidas em outras línguas. Assim, inspirando-se em procedimentos largamente utilizados pelos hermeneutas, pelos tradutores e pelos antigos filólogos, pode-se vislumbrar o aperfeiçoamento do método histórico.

A hipótese aqui defendida é a de que na base do método histórico verifica-se a presença decisiva de reflexões e técnicas hermenêuticas, algo patente na leitura da obra de Dilthey, no *Grundirß der Historik* de Johann Gustav Droysen, publicado em 1882 em Leipzig, cujo manual ou versão sintética começou a circular restritamente como notas para suas aulas desde 1858 e na *Introduction aux études historiques* de Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos publicada em 1898 em Paris. E esta herança encontra-se explicitada em diferentes manifestações destas escolas históricas e mesmo nos *Annales*. É indício seguro que Marc Bloch e Lucien Febvre trouxeram para a historiografia francesa elementos consideráveis desta tradição germânica, depois de sua passagem por Estrasburgo. A percepção da ponte entre a produção epistemológica alemã com a francesa apareceu pela primeira vez na obra de Raymond Aron, em 1938 e, depois, na Inglaterra com Collingwood.

De fato, conforme consideram Iggers (1995) e Cassirer (apud REIS, 2001, p. 216), foram frutos genuínos do historicismo alemão: a invenção da história como objeto específico para o conhecimento que define princípios e métodos de abordagem do passado, um movimento intelectual que se expande às demais Ciências Humanas, distinguindo-as das Ciências da Natureza, a necessidade da história para a compreensão dos fenômenos humanos visto que tudo pode ser inscrito na temporalidade e, por fim, a de que o passado persiste no presente (REIS, 2001: 216-7).

Em fins do século XIX observava-se um duplo movimento: de definição da ciência da história e de aperfeiçoamento das técnicas de pesquisa existentes. Contemplar a hermenêutica, retomando-se alguns de seus pressupostos mais elementares em Schleiermacher, Droysen e Dilthey, permite constatar a contribuição deste campo à história, sua influência junto à escola histórica alemã, à metódica fran-

cesa, e mesmo nos *Annales* onde a compreensão [*Verstehen*], nas palavras de Marc Bloch, define a atividade do historiador (BLOCH, 2001, p. 128). Naquele contexto, a hermenêutica também refinava técnicas e reflexões ao problematizar o entendimento sobre a compreensão e a interpretação, sobre a interferência da subjetividade na produção do conhecimento e a respeito do impacto do tempo nas manifestações da vida. Descortinava-se a questão da subjetividade na produção dos saberes e na formação das ciências humanas. Em relação à história, a hermenêutica entrava como um dos fundamentos do método, tanto no cuidado com a análise documental, quanto nas questões referentes ao sujeito cognoscente.

Poucos autores discutiram a relação entre história e hermenêutica, podendo-se indicar, em especial, as reflexões mais rigorosas de Gadamer (2002) e Koselleck (1997)[2] e, também, as contribuições de Verena Alberti (1996) e de Edmárcio Testa (2004). Mas, longe de querer esgotar tema tão complexo e amplo, o propósito aqui é o de retomar algumas pistas para evidenciar a presença da hermenêutica no aperfeiçoamento e definição de um método específico para a história. Vale lembrar a dívida explícita com este campo manifestada por Weber, Heidegger, Foucault, Benjamin e Ricoeur. Para Maria Odila Dias,

[2] Na conferência *História e hermenêutica,* proferida em 16 de fevereiro de 1985, em homenagem ao aniversário de Hans-Georg Gadamer, Reinhart Koselleck se esforça para demonstrar que a Teoria da História configuraria um terreno não hermenêutico, distinguindo *Historik* de *Geschichte*. Esta última abarcaria as narrativas e estudos sobre o passado, enquanto a primeira configuraria um domínio das reflexões e descrições das modalidades possíveis de história, enquanto uma ciência teórica. Semelhantemente a esta posição, encontram-se as reflexões de Jörn Rüsen (2001), ou ainda a perspectiva de Gumbrecht em valorizar a pragmática histórica, ou seja, o extra-textual, para se reencontrar a emergência dos sentidos. Koselleck se empenha na tarefa de definir um estatuto autônomo para a *Historik*, visto Gadamer reivindicar para a hermenêutica tarefa que seria objeto da teoria da História, a saber: "tematizar as condições de possibilidade de histórias (*Bedingungen möglicher Geschichten*) (KOSELLECK, 1997, p. 68). Para ele, *Historik* é um campo de estudos sobre as possibilidades de histórias, inquirindo sobre suas pretensões, tornando inteligível sua concretização, apontando para a bilateralidade própria de toda história. Ela seria uma doutrina transcendental sobre as histórias. Nesse sentido, este autor propõe cinco pares antitéticos que poderiam expressar aquilo que denomina de estrutura temporal de possíveis histórias: a ameaça da morte e os limites do uso efetivo da força e os pares: amigo e inimigo, pais e filhos, público e privado e, por fim, senhor e escravo. Tais pares seriam responsáveis pela formação, desenvolvimento e eficácia das histórias. Com essas categorias seria possível vislumbrar um *telos* específico para o histórico.

a importância do historicismo e da hermenêutica está em redefinir o tempo absoluto dos matemáticos e dos fenomenólogos, colocando em seu lugar uma pluralidade de temporalidades assimétricas. Assim, "o devassar dos meandros dos ritmos dessas diferentes temporalidades aparece como um dos principais triunfos da hermenêutica contemporânea do cotidiano", praticada por autores como Certeau, Deleuze, Gadamer, Lefort ou Walter Benjamin (DIAS, 1998, p. 258).

Talvez fosse o caso de reputar o historicismo com um dos grandes paradigmas da história, pois embora se possa afirmar, como faz Verena Alberti (1996), que seus preceitos angulares soem como o óbvio ululante para os historiadores – como o entendimento histórico das manifestações humanas que se dão sempre historicamente, das especificidades do passado que não se deve confundir com o presente e ainda que o olhar do historiador está limitado pelos horizontes de sua própria época –, ela se esquece que aspectos decisivos tanto da escola histórica alemã, quanto da hermenêutica filosófica, inspirados no historicismo, oferecem rico painel para o debate disciplinar e para se entender a formação de uma *ciência* da história, marcando ainda todo o pensamento social do século XX. Face ao avanço do relativismo, à problematização da narrativa na história, à complexidade da noção de documento, à redução de escala de análise do social ao individual, ou ainda em relação ao sentido do passado, as contribuições de ambos – historicismo e hermenêutica – foram decisivas.

Afinal, desde a gênese da história, enquanto campo autônomo junto aos demais saberes, processo verificado a partir do final do século XVIII, sua relação com a filologia e a hermenêutica era bastante estreita. Foram os avanços verificados no campo da tradução e na interpretação de textos antigos em que se verificaram sensíveis avanços da crítica textual contemporânea. Meinecke afirma que depois da Reforma o historicismo teria sido a grande revolução intelectual alemã; desconsiderando, como se vê, a importância do idealismo kantiano e hegeliano. Reis, não sem exagero, afirma que,

> metodologicamente, o historicismo foi fundador da hermenêutica filosófica. Sua figura maior, seu representante clássico foi Ranke, que fundou na prática a autonomia do pensamento histórico. Ranke foi profundamente inovador. Foi o novo Heródoto, o refundador da história nos tempos modernos (REIS, 2000, p. 48).

Esse alargamento da importância histórica corresponde a uma verdadeira revolução cultural que afetou ainda a filosofia, a filologia, o direito e a economia. Segundo Iggers (1995), suas formulações mais decisivas foram realizadas por Humboldt e Droysen. Para Koselleck, a definição do campo da história, na Alemanha, no século XVIII, ocorreu quando *Historie* lentamente foi substituído por *Geschichte* e, *Historik* passou a ser usado com sentido específico. *Historie* passou a designar relatos, não necessariamente uma narrativa dotada de reflexão, sendo *Geschichte* usado nesta acepção, como uma narrativa específica sobre algo. Para Droysen, história tornou-se o conhecimento de si própria. Assim, acima das histórias estaria a história (KOSELLECK, 2006, p. 49).

> Tudo está conectado: o estudo crítico das fontes autênticas, a concepção imparcial, a exposição objetiva; – a meta é que se faça presente a verdade plena, mesmo que não se possa alcançar o todo. A auto-suspensão do ponto de vista partidista se dirigia sempre historicamente contra partidos concretos, diversos cada vez. Epistemologicamente, detrás do postulado de supraparcialidade, necessária para reproduzir a realidade passada aproximando-se da verdade plena, se praticava uma espécie de realismo ingênuo. Chladenius foi o primeiro a perceber isto ao dizer que a história é uma coisa, mas a representação dela é diversa e múltipla. (KOSELLECK, 2004, p. 114).

A escola histórica alemã problematizou a história universal iluminista buscando apoio na hermenêutica romântica, na discussão sobre a vida e a singularidade do passado. Coube a Dilthey tornar essa hermenêutica uma preocupação histórica e a dimensão histórica do conhecimento um fundamento das ciências do espírito. Ao lado de Droysen e de Ranke, Dilthey se opunha à filosofia da história, pois entendia que preceitos idealistas e metafísicos como os de idéia, essência ou liberdade, não encontravam expressão perfeita na realidade histórica. Droysen, por sua vez, afirma que a história é uma *soma em curso* ao reconhecer a dinâmica e a variedade das expressões de vida. Renegando o Iluminismo e o caminhar de uma história universal das civilizações, certamente sob a influência do pensamento de Hume e Herder, Dilthey, como Droysen, não pouparia críticas à Kant, ao realizar a crítica da razão histórica (REIS, 2004), e à Hegel, pois, era-lhe inaceitável uma fundamentação histórica baseada no conceito idealista

e metafísico de espírito (GADAMER, 2002, v.1, p. 286). Heinrich Rickert, ao escrever *Os limites da formação conceitual das ciências da natureza*, confirma essa crítica, ao definir o objeto da história e sua busca, não pelo descobrimento de leis universais, mas, pelo reconhecimento da importância do singular, do particular no passado. Ou seja, "a questão da história afeta a humanidade não como um problema de conhecimento científico, mas como um problema da própria consciência da vida" (RICKERT apud GADAMER, 2002, v.2, p. 39). Desprezando a importância do conhecimento metafísico,

> a escola histórica alemã, compreendendo-se como uma ciência que tem por objeto o passado, logrou elevar a história [Geschichte] à categoria de uma ciência da reflexão, fazendo uso pleno do duplo sentido da palavra Geschichte (KOSELLECK, 2006, p. 59).

Ranke, Droysen e Dilthey também combateram o positivismo, que, segundo este último mutilava a realidade histórica. Para Dilthey a fundamentação do conhecimento histórico deveria ser encontrada nos fatos da consciência. E desferiu um golpe mortal nos pensadores que mais o influenciaram ao dizer que "nas veias do sujeito conhecedor construído por Locke, Hume e Kant não circula sangue de verdade, mas sim a seiva rarefeita da razão, na qualidade de mera atividade intelectual" (DILTHEY apud AMARAL, 1994, p. 14). Para Dilthey o que o historiador faz é compreender as objetivações de vida, pois

> o conhecimento histórico seria o resultado do diálogo entre o historiador em sua vivência (presente) e os outros homens em seu tempo vivido (passado). O mundo histórico é um mundo de expressões, de sinais, símbolos, mensagens, gestos, ações, criações, artes, cores, formas, posturas, produzidas por sujeitos vivos e agentes. Por se expressarem de forma tão eloqüente, os homens se dão a conhecer uns aos outros. Ao contrário da natureza, que não é sujeito, mas coisa exterior, silenciosa e submetida a leis (REIS, 2001, p. 117).

Daí a importância da hermenêutica, resultante da expressão e da compreensão das ações e expressões humanas. E foi na hermenêutica que escola histórica alemã foi buscar critérios objetivos, racionais e comprováveis para a crítica das fontes. Como diz Dilthey,

> a compreensão e a interpretação constituem o método adequado para as ciências humanas. Todas as funções en-

> contram-se integradas nesse método. Em si, ele contém todas as verdades das ciências humanas. A interpretação cria, em cada ponto, um mundo novo (DILTHEY apud KOSELLECK, 2006, p. 162).

Mesmo na hermenêutica filosófica de Gadamer ou de Heidegger, a compreensão e as práticas hermenêuticas deixam de ser somente uma doutrina ou método para se converterem numa teoria da experiência humana (GADAMER, 2002, v. 2, p. 41). Dilthey nega, portanto, a existência de um modelo idealizado de indivíduo, preferindo reconhecer indivíduos históricos. De acordo com Gadamer, a escola histórica acabou induzindo a atividade hermenêutica a ler a história como se lê um livro, isto é, como algo que tem sentido até a sua última letra.

A hermenêutica ajudou a evidenciar os condicionamentos dos produtores de saber. Gervinus e Ranke pediam cuidados com os sentidos, com as crenças e as hierarquias ou ainda a imersão na vida política por parte dos historiadores. Dilthey, dialogando com Vico repetira que "a primeira condição de possibilidade da ciência da história consiste em que eu mesmo sou um ser histórico, e que aquele que investiga a história é o mesmo que a faz (DILTHEY apud GADAMER, 1998, v.1, p. 300). Ou seja, a razão só pode existir como real e histórica, pois "não é a história que pertence a nós, mas nós que a ela pertencemos" (TESTA, 2000, p. 55).

> Quando o historiador vai em busca das manifestações históricas e pesquisa sobre o seu interior, ele pretende reconstruir o particular a partir do todo, do qual ele emerge e, inversamente, o todo a partir do particular, no qual ele se expressa (GRONDIN, 2003, p. 143).

As vivências tomam consciência de si mesmas, ao reconhecer o outro, de modo que o nexo histórico constitui um nexo de sentido que supera o horizonte vivencial do indivíduo, exigindo a compreensão e a alteridade. O conceito de vivência representou para Dilthey a base psicológica de sua hermenêutica, complementado pela distinção entre a expressão e significado, afinal, não se conhece o passado por meio de conceitos, mas através da consciência histórica, das vivências históricas particulares. Citando Goethe, pondera:

> uma pessoa que não pode ser apreendida claramente, porque a incongruência entre o seu anseio e as suas obras,

> entre as suas exigências perante a vida e o seu poder para realmente a determinar, se reflecte em tantos matizes que o observador fica cego (GOETHE apud DILTHEY, 2002, p. 129).

A discussão volta-se para o problema da consciência histórica, tratado por Hegel e por Dilthey, como um processo de constante crescimento da autoconsciência, como uma constante ampliação do horizonte da vida (GADAMER, 2002, v.2, p. 43-44). Nesse sentido, a consciência histórica representaria o fim da metafísica. Diz Gadamer:

> escutar a tradição e situar-se nela é o caminho para a verdade que se deve encontrar nas ciências do espírito. A própria crítica que fazemos à tradição, enquanto historiadores, acaba servindo ao objetivo de localizar-nos na autêntica tradição em que nos encontramos. O condicionamento portanto, não prejudica o conhecimento histórico, sendo um momento da própria verdade (GADAMER, 2002, v. 2, p. 53).

A consciência histórica torna-se evidente quando determinados acontecimentos abalam a tradição, ou o fluir do tempo, como disse Kant em relação à Revolução Francesa: "um acontecimento assim não se esquece", ou como algo "que permanece na consciência do ser humano [...] subjaz ali a experiência de uma diferença e de uma descontinuidade, de uma permanência em meio às mudanças incessantes" (GADAMER, 2002 v.2, p. 163). Assim, um pensamento verdadeiramente histórico tem que ser capaz de pensar ao mesmo tempo sua própria historicidade. Só então deixará de perseguir o fantasma de um objeto histórico, pois, "o verdadeiro objeto histórico não é um objeto, mas é a unidade de um e de outro, uma relação na qual permanece tanto a realidade da história como a realidade de um compreender histórico" (apud TESTA, 2003, p. 67). Isso leva a desacreditar a crença ingênua da objetividade do método histórico, ou ainda os limites do historicismo, que procurava recuperar os conceitos e representação de uma época, anulando-se os atuais, forçando uma passagem para a objetividade histórica, quando importante seria estabelecer o diálogo entre as tradições, tendo consciência da distância temporal e dos préconceitos.

No que tange à consolidação de um método para a história, passo decisivo foi dado por Droysen. Ele redigiu sua *Historik* entre 1858 e 1882, e intitulada *Grundirß der Historik*, cujos excertos circula-

ram desde 1858. Nela apresenta uma original e inovadora reflexão em torno das diferentes fases da operação historiográfica, divididas em heurística, crítica, interpretação e exposição, operando uma verdadeira inflexão em torno do método e do conhecimento histórico, propondo-se a "nada menos que combater a difusão de aporias e lacunas teóricas da historiografia moderna" (DROYSEN, 2002, p. 17). Em nítida cruzada contra o positivismo, distinguiu *Methodik* e *Systematik*, ou seja, entre teoria da história e crítica documental, recusando-se a entender a História somente como uma ciência de textos do passado e sua exposição. A respeito da narrativa, tema hoje angular em muitas discussões em torno da escrita da História, Droysen afirma que de acordo com o material disponível e a qualidade das informações obtidas é possível encontrar quatro tipos fundamentais: exposição investigativa, narrativa, didática e discursiva.

A contribuição de Droysen ao método histórico reside em liberar o conceito de compreensão da indeterminação que havia adquirido na obra de Ranke. A partir de Kant, mas, sobretudo, de Humboldt, ele entende os indivíduos como unidades em relação constante, cuja compreensão não deve ser buscada somente nos textos ou na linguagem, mas, na realidade histórica. Os interesses individuais se concatenariam em torno das forças que constituem em história os poderes éticos, tendo em vista objetivos comuns. Ainda em torno do método elaborou a fórmula para o conhecimento histórico que deve "compreender investigando".[3] Naquela altura já percebia que o estudo do passado avança num movimento infinito. Ou seja,

> Para poder conhecer, a investigação histórica somente pode perguntar a outros, à tradição, a uma tradição sempre nova, e perguntar-lhe sempre de novo. Sua resposta não terá nunca, como o experimento, a univocidade do que é visto por si mesmo (KOSELLECK; GADAMER, 1997, p. 293).

Desse modo, a impossibilidade de leis em história justifica-se pela mediação das tradições, em constante mudança. Em sua *Historik*, Droysen projetou uma metodologia das ciências históricas e Grondin aponta que o problema metodológico do historicismo só se tornou perceptível com esta obra (GRONDIN, 1999, p. 139). Para definir

[3] DROYSEN (p. 316 apud KOSELLECK; GADAMER, 1997, p.292.)

metodologicamente a história, Droysen recusou tanto o positivismo quanto os métodos matemáticos das ciências naturais. Foi ainda o primeiro a perceber que existe uma função orientadora da reflexão teórica sobre a história na sua relação com a prática. De acordo com Rüsen,

> a teoria da história de Droysen parte da questão de saber como se tem de estudar a história, como se deve começar, o que se deve fazer, a fim de se tornar historiador. A resposta de Droysen é uma exposição sistemática do campo e do método de nossa ciência. (RÜSEN, 2001, p. 24-25).

No manual de Langlois e Seignobos, *Introdução aos estudos históricos*, também torna-se patente a presença da hermenêutica. Logo nas primeiras páginas eles tentam minimizar a influência de Droysen, ao considerar que os únicos trabalhos publicados que "revelam um esforço original para abordar os verdadeiros problemas" do método histórico são os de Fresnoy e de Chladenius, dizendo que Droysen seria apenas pesado e gongórico, (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 1946, p. 09) e na seção II intitulada Crítica Interna, abordam o que denominam de *crítica de interpretação* ou hermenêutica. Afirmam que "analisar um documento é discernir e isolar todas as idéias expressas pelo autor. Reivindicam a supremacia do intérprete, pois para aqueles franceses, a análise se reduz à crítica de interpretação [...] por dois graus: o sentido literal e o sentido real" (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 1946, p. 103). O sentido literal deve ser buscado na filologia, pois segundo os autores trata-se de uma operação lingüística; já o sentido real é uma operação que envolve o compreender sobre o que denominam *a língua do tempo*, em outras palavras, o sentido das expressões na época em que o texto foi escrito, *a língua do autor*, ou seja, seu estilo e, por fim, o *contexto* em que o texto foi produzido (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 1946, p. 109s). Ainda sobre a crítica interna, o procedimento utilizado por eles fundamenta-se na dúvida cartesiana, que denominam de *desconfiança metódica*. Ou seja, no questionamento da veracidade das informações contidas na fonte. Evidentemente que tais proposições identificam-se à hermenêutica psicologizante, ou romântica, algo bastante diferente do que propõe Dilthey e mesmo Rickert.

Na *Introdução* Langlois e Seignobos, dizem que ao se juntarem inúmeros fatos incoerentes e pequeninos, o historiador precisa classificá-los e que "para classificá-los a prática dos historiadores não

conseguiu estabelecer um método próprio; a história, nascida de um gênero literário [o romance?], continua a ser a menos metódica das ciências" (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 1946, p. 150). E alertam que se deveria evitar "à tentação de imitar o método das ciências biológicas" (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 1946, p. 152). Como se vê, a aproximação com as idéias de Dilthey, neste particular, são evidentes, muito embora se distanciem das considerações de Droysen sobre a narrativa histórica, que para ele, é bastante distinta das narrativas ficcionais. Afirmam que "em Resumo, até o ano de 1850, aproximadamente, a história não passou, tanto para historiadores como para o público, de um gênero literário" (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 1946, p. 211). Em seguida, corroborando tal constatação, eles consideram que uma obra científica de história deveria ser constantemente refundida, revista e atualizada.

Em suma, ao dirigirem seu olhar para o passado, os historiadores se deparam com documentos, retornando à questão dos sentidos e dos significados das palavras, da relação entre textos e contextos, defrontando-se com a linguagem. Eis a importância e o espaço da hermenêutica para a história, cujo marco foi a obra de Scheleiermacher, ao ampliar o horizonte hermenêutico, definindo seus pressupostos fundamentais e concebendo a compreensão como uma possibilidade concreta de se conhecer *todas* dimensões da vida humana. Seu principal discípulo, Dilthey, enfatizou a compreensão da historicidade homem e da realidade:

> Dilthey, seguindo o exemplo de Scheleiermacher, tornou o problema da compreensão o ponto central de uma filosofia das ciências do espírito e atribuiu à hermenêutica a tarefa de indicar as condições de possibilidade de conhecimento do nexo do mundo histórico e de encontrar os meios de sua concretização (AMARAL, 1994, p. 10).

Referências Bibliográficas

ALBERTI, Verena. A existência na história: revelações e riscos da hermenêutica. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, 17, p. 31-57, 1996.

AMARAL, Maria N. de Camargo P. *Período clássico da hemenêutica filosófica na Alemanha*. São Paulo: EdUSP, 1994.

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

DIAS, Maria Odila Silva. Hermenêutica do quotidiano na historiografia contemporânea. *Projeto História*, 17, p. 223-258, nov. 1998.

DILTHEY, Wilhelm. *Psicologia e compreensão*. Lisboa: Edições 70, 2002.

_____. *Teoria das concepções do mundo*. Lisboa: Edições 70, 1992.

DROYSEN, Johann Gustav. *Précis de théorie de l´histoire*. Paris: Éditions du CERF, 2002.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método*. Petrópolis: Vozes, 2001, 2002. 2.v.

GRONDIN, Jean. *Introdução à hermenêutica filosófica*. São Leopoldo: EdUNISINOS, 1999.

IGGERS, Georg. *La ciencia histórica en el siglo XX*. Las tendencias actuales. Barcelona: Paidós, 1995.

KOSELLECK, Reinhart; GADAMER, Hans-Georg. *Historia y hermenéutica*. Barcelona: Piados, 1997.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

_____. *Historia/historia*. Madrid: Minima Trotta, 2004.

_____. *Los estratos del tiempo*: estudios sobre la historia. Barcelona: Piados, 2001.

LANGLOIS, Charles Victor; SEIGNOBOS, Charles. *Introdução aos estudos históricos*. São Paulo: Renascença, 1946.

REIS, João Carlos. *História e teoria*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

_____. *Wilhelm Dilthey e a autonomia das ciências histórico-sociais*. Londrina: EdUEL, 2003.

REIS, Róbson Ramos dos; ROCHA, Ronai Pires da. *Filosofia hermenêutica*. Santa Maria: EdUFSM, 2000.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica*. Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: EdUnB, 2001.

SCHELEIERMACHER, Friedrich D. E. *Hermenêutica: arte e técnica da*

interpretação. Petrópolis: Vozes, 2003.

TESTA, Edmárcio. *Hermenêutica filosófica e história*. Passo Fundo: EdiUPF, 2004.

Artigo recebido em agosto 2007 e aceito para publicação em dezembro 2007.